

C R A T E Û S



FÓRUM CEARENSE DE CONTABILIDADE & TRIBUTAÇÃO

Realização:



Patrocínio:



IPOG



Solutek
digital



**FÓRUM CEARENSE
DE CONTABILIDADE &
TRIBUTAÇÃO**
· EDIÇÃO SERTÕES DE CRATEÚS ·

Palestra:
**Os desafios tributários
para 2023**



LOURENÇO FREITAS

Presidente da Comissão de
Tributos Estaduais e Municipais do CRCCE

Realização:



Patrocínio:



IPOG



ASSUNTOS NA ORDEM DO DIA

1 - AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA;

2 - EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS;

3 – ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.160, DE 12 DE JANEIRO DE 2023;

4 - A QUEBRA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.

5 – REFORMA TRIBUTÁRIA

AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA

Decreto nº 8.426/2015



Decreto nº 11.322/2022



AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA

Decreto nº 8.426/2015



Decreto nº 11.322/2022



Decreto nº 11.374/2023

AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA

Essas mudanças impactam quais tipos de empresas?



Empresas do Lucro Real – PIS e
COFINS não cumulativo



Empresas do Lucro presumido – PIS e
COFINS cumulativo

AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA

E o imbróglio desse assunto?

O PIS e a COFINS devem obediência ao princípio da anterioridade disposto no art. 150, III, C, CF/88.

AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA

ADI 7342, ADC 84, Liminares:

- Várias liminares favoráveis aos contribuintes;
- Ajuizamento de ADI;
- Governo ajuizou ADC 84, Min. Lewandowski suspendeu as liminares e incluiu em julgamento no plenário virtual.

AUMENTO DAS ALÍQUOTAS PIS E COFINS SOBRE RECEITA FINANCEIRA

O que fazer?

- Os que não entraram com mandado de segurança deve continuar pagando normalmente;
- Quem conseguiu a liminar tem 30 dias contados a partir da decisão do ministro para recolher a diferença de PIS e COFINS sem a aplicação da multa, mas com a incidência do juros Selic.

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS

Legislação:

Medida Provisória nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023.

Inclusão do inciso - **III**, § 2º, Art. 3º:

Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 -
PIS/PASEP

Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 –
COFINS

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS

Quais tipos de empresas sofrerão os impactos dessa alteração?



Empresas do Lucro Real – PIS e COFINS não cumulativo



Empresas do Lucro presumido – PIS e COFINS cumulativo

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS

O que fundamentou essa alteração?

- Tese do século (RE 574.706-PR) – 15/03/2017;
- Fazenda Nacional opôs Embargos de Declaração;
- *12/08/2021* publicação do acórdão;
- MP nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023.

EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS

Produção de efeitos?

A partir de 01/05/2023 os contribuintes devem tirar o crédito de ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.160, DE 12 DE JANEIRO DE 2023

1. Denúncia espontânea extraordinária
2. Limitação recursal para causas administrativas que não superem 1.000 salários mínimos.
3. Voto de qualidade
4. Litígio zero

DENÚNCIA ESPONTÂNEA EXTRAORDINÁRIA

Legislação: Art. 138, CTN

Art. 138. A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

DENÚNCIA ESPONTÂNEA EXTRAORDINÁRIA

Art. 3º, MP 1.160/2023:

Art. 3º Até 30 de abril de 2023, na hipótese de o sujeito passivo confessar e, concomitantemente, efetuar o pagamento do valor integral dos tributos devidos, após o início do procedimento fiscal e antes da constituição do crédito tributário, fica afastada a incidência da multa de mora e da multa de ofício.

§ 1º O disposto no caput aplica-se exclusivamente aos procedimentos fiscais iniciados até a data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

LIMITAÇÃO RECURSAL PARA CAUSAS ADMINISTRATIVAS QUE NÃO SUPEREM 1.000 SALÁRIOS MÍNIMOS.

- Restrição a segunda instância;
- Aumento da restrição de 60 para 1000 salários mínimos;
- Baixa complexidade pelo valor e não pela matéria;
- Mudanças trazidas pela Portaria MF nº 20, de 17 de fevereiro de 2023:

Julgamento monocrática e não mais colegiado;

Turmas Recursais na DRJ (sem paridade); e

Sustentação oral gravada.

RETORNO DO VOTO DE QUALIDADE

- Composição do CARF;
- Fim do voto de qualidade e início do in dúbio pro contribuinte:

Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, introduziu o art. 19-E a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

- Retorno do voto de qualidade:

MP 1160/2023 revogou o art. 19-E, Lei 10.522/2002.

LITÍGIO ZERO

TRANSAÇÃO (REFIS): Débitos no contencioso administrativo da união.

A QUEBRA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.

- Temas STF 881 e 885 de Repercussão geral.
- Contextualizar o plano de fundo dessa decisão:
- Anos 90 – contribuintes conseguem sentenças de inconstitucionalidade sobre a incidência da CSLL;
- 2007 – STF julga ADI 15 e considera constitucional a incidência da CSLL;
- STF enfrentou a decisão de como iria ficar a situação dos contribuintes dos anos 90;

A QUEBRA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.

- STF analisou 2 pontos: tratava-se de relação jurídica de trato continuado? houve modificação do estado de direito?

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 505. Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, salvo:

I - se, tratando-se de relação jurídica de trato continuado, sobreveio modificação no estado de fato ou de direito, caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença;

A QUEBRA DA COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.

Ponderações do STF: As decisões deverão respeitar o princípio da irretroatividade e anterioridade anual e nonagesimal.

PROPOSTAS PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA EM 2023

- ✓ PEC 45/2019 (CÂMARA DOS DEPUTADOS) - *idealizada pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), cujo diretor é **Bernard Appy** que foi nomeado como secretário especial de reforma tributária.*
- ✓ PEC 110/2019 (SENADO FEDERAL)

OBJETIVOS DA REFORMA:

Tornar o sistema tributário mais transparente e simplificar o processo de arrecadação.

MUDANÇAS PREVISTAS:

- ✓ A substituição de vários tributos pelo Imposto Sobre Bens e Serviços - IBS e o Imposto Seletivo.
- ✓ Adoção do IVA – Imposto Sobre o Valor Agregado.

A base de incidência do IBS iguais nas duas propostas:

- sobre a comercialização de todos os bens e serviços;
- sobre exploração de bens e direitos, tangíveis e intangíveis;
- locação de bens.

PEC 45/2019 - Substituição dos tributos:

IBS vem como um tributo federal, a ser instituído por meio de lei complementar federal.

- IPI;
- PIS;
- Cofins;
- ICMS;
- ISS.

A alíquota principal será formada após cada ente federativo fixar suas próprias alíquotas.

Com relação à partilha da arrecadação, a PEC da Câmara detalha que cada ente federativo tem sua parcela na arrecadação do IBS determinada pela aplicação direta de sua “sub-alíquota”.

PEC 110/2019 - Substituição dos tributos:

IBS vem como um tributo estadual, a ser instituído pelo Congresso Nacional:

IPI;

IOF;

PIS;

Pasep;

Cofins;

CIDE-Combustíveis;

Salário-Educação;

ICMS;

ISS.

PEC 110/2019 - Substituição dos tributos:

A alíquota do imposto a ser cobrada será padrão, mas poderão ser fixadas alíquotas diferenciadas em relação à padrão para determinados bens ou serviços. Sua aplicação será de maneira uniforme em todo o país.

A PEC 110/2019 determina que a arrecadação do imposto é partilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios mediante entrega de recursos a cada ente federativo conforme aplicação de percentuais previstos na Constituição sobre a receita bruta do IBS.

Concessão de benefícios fiscais:

A PEC 110/2019 autoriza a concessão:

- operações com alimentos (inclusive os destinados ao consumo animal);
- medicamentos;
- transporte público coletivo de passageiros urbano e de caráter urbano;
- bens do ativo imobilizado;
- saneamento básico; e
- educação infantil, ensino fundamental, médio e superior e educação profissional.

Já a reforma tributária da PEC 45/2019 não permite a concessão de nenhum benefício.

Do Imposto Seletivo:

A PEC 110/2019 define o Imposto Seletivo como um imposto arrecadatário, que será cobrado sobre operações com petróleo e seus derivados; combustíveis e lubrificantes de qualquer origem; gás natural; cigarros e outros produtos do fumo; energia elétrica; serviços de telecomunicações (referidos no art. 21, XI, da Constituição Federal); bebidas alcoólicas e não alcoólicas; e veículos automotores novos (terrestres, aquáticos e aéreos).

O texto da reforma tributária da PEC 45/2019 menciona que o Imposto Seletivo será de índole extrafiscal, com o objetivo de desestimular o consumo de determinados bens e serviços. Porém, ainda não há uma lista dos produtos ou serviços sobre os quais o tributo irá incidir. Caberá a uma lei ordinária ou medida provisória instituidora definir o que será tributado.

Outras matérias da reforma tributária

- ✓ A reforma tributária prevista na PEC 110/2019 promove algumas outras mudanças não previstas no texto da PEC 45/2019. São elas:
- ✓ Extinção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e incorporação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- ✓ Transferência de responsabilidade do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), da esfera estadual para a federal, com a arrecadação integralmente destinada aos municípios;
- ✓ Ampliação da base de incidência do Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA), para incluir aeronaves e embarcações, com a arrecadação total destinada aos municípios;
- ✓ Criação de fundos estadual e municipal para reduzir a disparidade da receita per capita entre os estados e municípios, com recursos destinados a investimentos em infraestrutura;
- ✓ Autorização de criação de adicional do IBS para financiar a previdência social.

Como será a transição da reforma tributária das PEC 110 e PEC 45?

Caso a PEC 110/2019 seja aprovada, a transição acontecerá da seguinte maneira:

Durante 1 (um) ano será cobrada uma contribuição “teste” de 1%, com a mesma base de incidência do IBS, e, depois, a transição dura cinco anos.

Sendo os atuais tributos substituídos pelos novos na proporção de 1/5 ao ano. Neste período, os entes federativos não podem alterar as alíquotas dos tributos a serem substituídos.

Já com a aprovação da PEC 45/2019 a transição será diferente. O texto diz que durante 2 (dois) anos será cobrada uma contribuição “teste” de 1%, com a mesma base de incidência do IBS, e, depois, a transição dura oito anos.

Sendo os atuais tributos substituídos pelos novos na proporção de 1/8 ao ano. Neste período, os entes federativos podem alterar as alíquotas dos tributos a serem substituídos.

OBRIGADO!